



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ADRIANO BORGES REIS

**O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DO DOCENTE NO CURSO DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (1951-1992)**

**SÃO CRISTÓVÃO
2025**

**O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DO DOCENTE NO CURSO DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (1951-1992)**

ADRIANO BORGES REIS

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do diploma em Licenciatura
Plena em História, correspondente ao
período letivo de 2024.2 da Universidade
Federal de Sergipe (UFS).

Orientação: Prof. Dr. Claudefranklin
Monteiro Santos

**SÃO CRISTÓVÃO
2025**

Resumo:

Este trabalho analisa a trajetória histórica do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), desde sua criação em 1951, na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), até a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 1992. A pesquisa investiga como a memória institucional e a cultura escolar foram construídas e atualizadas ao longo desse período, em diálogo com as políticas educacionais e a realidade local. A análise utiliza os conceitos de memória institucional (LE GOFF, 1996; HALBWACHS, 2006) e cultura escolar (JULIA, 2001), além das reflexões de Bittencourt (2011) e Fonseca (2003) sobre a formação de professores de História. Conclui-se que o curso se constituiu como um espaço de disputa e resistência, no qual o vínculo entre ensino, pesquisa e memória histórica foi central para a sua identidade acadêmica.

Palavras-chave: Curso de História da UFS; Memória Institucional; Cultura Escolar; Formação de Professores.

Abstract:

This paper analyzes the historical trajectory of the History Course at the Federal University of Sergipe (UFS), from its creation in 1951, at the Catholic Faculty of Philosophy of Sergipe (FCFS), until the mandatory completion of the Course Work (TCC) in 1992. The research investigates how institutional memory and school culture were constructed and updated throughout this period, in dialogue with educational policies and local reality. The analysis uses the concepts of institutional memory (LE GOFF, 1996; HALBWACHS, 2006) and school culture (JULIA, 2001), in addition to the reflections of Bittencourt (2011) and Fonseca (2003) on the training of History teachers. It is concluded that the course was constituted as a space of dispute and resistance, in which the link between teaching, research and historical memory was central to its academic identity.

Keywords: UFS History Course; Institutional Memory; School Culture; Teacher Training.

APRESENTAÇÃO

A história dos cursos superiores não se resume apenas à formação acadêmica de seus estudantes. Cada curso carrega consigo uma memória institucional, construída a partir de suas práticas pedagógicas, suas tradições acadêmicas e suas relações com o contexto social, político e educacional mais amplo.

Criado em 1951, ainda vinculado à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), o Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS) passou por diferentes fases de transformação, cada uma delas refletindo tanto o cenário educacional brasileiro, quanto as dinâmicas específicas da realidade sergipana.

Da forte influência da Igreja Católica na sua fundação, passando pela federalização em 1968, até a resistência à Licenciatura Curta e a reformulação curricular dos anos 1980, o curso construiu uma cultura escolar própria, conceito definido por Julia (2001) como o conjunto de práticas, saberes e valores partilhados no cotidiano das instituições escolares. Nesse processo histórico, a memória institucional do curso foi sendo constantemente atualizada, em diálogo com as demandas de cada época.

A memória institucional não é fixa, como aponta Le Goff (1996) ela é uma construção social em permanente disputa, na qual o passado é reinterpretado à luz das necessidades e dos projetos do presente. No caso do Curso de História da UFS, essa memória foi marcada, especialmente, pela defesa da pesquisa histórica como elemento central da formação docente e pela valorização da história local como eixo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória do Curso de História da UFS entre 1951 e 1992, destacando como a memória institucional e a cultura escolar foram sendo construídas, disputadas e atualizadas nesse percurso, refletindo as transformações no ensino e na pesquisa histórica ao longo das décadas.

Ao adotar como recorte temporal o período que vai da fundação da FCFS à consolidação da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 1992, busca-se compreender como essas memórias e culturas escolares foram fundamentais para a afirmação da identidade formativa do curso.

Além disso, a análise dialoga com o campo da formação de professores de História, especialmente a partir das contribuições de Circe Bittencourt (2011) e Selva Guimarães

Fonseca (2003), que enfatizam a importância da articulação entre pesquisa e ensino na formação docente.

Compreender o caso específico do Curso de História da UFS, portanto, permite observar como essas disputas locais se conectam a debates mais amplos sobre currículo, práticas pedagógicas e políticas de formação de professores no Brasil, evidenciando as tensões e os desafios enfrentados no campo da educação histórica.

Dessa forma, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre a memória institucional como elemento estruturante das culturas escolares e dos currículos dos cursos de licenciatura, evidenciando que a história dos cursos de História, longe de ser linear e homogênea, é marcada por conflitos.

No caso do curso de História da Universidade Federal de Sergipe, essa memória institucional é particularmente marcada por disputas em torno da sua própria identidade formativa, envolvendo desde as primeiras iniciativas de valorização da pesquisa histórica local, passando pelas tensões políticas da ditadura militar, até chegar à consolidação de um currículo crítico e reflexivo após a redemocratização.

Além de disputas e negociações, que envolvem múltiplos agentes — professores, estudantes, gestores e o próprio contexto político e social. Trata-se, portanto, de uma análise que articula memória, cultura escolar e formação docente para compreender a trajetória histórica do Curso de História da UFS e seus significados para a formação de professores no estado de Sergipe.

1 – A CRIAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFS: UM OLHAR SOBRE OS ANOS INICIAIS A PARTIR DA FCFS (1951-1968)

A história do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS) remonta à criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), em 1951. Essa instituição, vinculada à Arquidiocese de Aracaju, foi um dos primeiros espaços formais de ensino superior no estado e teve papel central na formação das primeiras gerações de professores de História em Sergipe.

Sua fundação ocorreu em 12 de julho de 1950, com autorização para funcionamento concedida em 28 de fevereiro de 1951, através do Decreto Federal nº 29.311. A partir de

março daquele ano, foram abertas vagas para os cursos de Filosofia, Geografia, História e Matemática, aos quais, em 1952, somou-se o curso de Letras.

A estrutura curricular da FCFS se organizava pelo sistema conhecido como 3+1, no qual os estudantes cursavam três anos de formação específica em História e Geografia, com a possibilidade de optar, no quarto ano, por disciplinas pedagógicas que conferiam o título de Licenciado.

Esse modelo refletia o entendimento da época sobre a formação docente: uma preparação técnica focada no domínio de conteúdos específicos, com menor ênfase na pesquisa e na reflexão crítica sobre a prática pedagógica, o que limitava a construção de um ensino mais dinâmico e contextualizado (SAVIANI, 2007).

Esse sistema curricular, apesar de fornecer uma base de conhecimentos históricos e geográficos, apresentava desafios no que se refere à especialização docente. A carência de professores com formação específica em História e Geografia resultou em um corpo docente multidisciplinar.

Conforme consta no relatório do primeiro período letivo de 1951, disciplinas de História e Geografia eram ministradas por profissionais das áreas de Filosofia, Teologia, Direito, Engenharia e Medicina. E pode ser visto no quadro 1 que a única exceção era a professora Maria Thétis Nunes, formada em Geografia e História, responsável pela disciplina de Geografia Física.

PRIMEIROS PROFESSORES DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA

DOCENTE	FORMAÇÃO	CADEIRA
Pe. Luciano J. Cabral Duarte	Filosofia e Teologia	Psicologia Racional
Pe. Euvaldo Andrade	Filosofia e Teologia	Introdução à Filosofia
Pe. Artur Moura Pereira	Filosofia e Teologia	Lógica
Dr. Manuel Cabral Machado	Bacharel em Ciências Juríd. e Sociais	História da Filosofia
Dr. Felte Bezerra	Odontologia Clínica	Geografia Humana
Prof. Maria Thétis Nunes	Geografia e História	Geografia Física
Dr. Gonçalo Rollemberg Leite	Bacharel em Ciências Juríd. e Sociais	História Antiga e da Idade Média
Dr. José Barreto Fontes	Engenheiro Químico	Física Geral e

		Experimental
Dr. Lauro Barreto Fontes	Engenheiro Civil	Geometria Analítica
Dr. João Perez Garcia Moreno	Médico	Antropologia
Dr. Petru Stefan	Engenheiro Civil e de Minas	Análise Matemática

Fonte: Adaptado de SANTOS (1999)

A primeira turma do curso contou com 19 estudantes, dos quais 17 eram mulheres, configurando uma presença feminina expressiva desde os primeiros anos. As aulas funcionavam no turno da noite, uma vez que a maior parte dos alunos trabalhava durante o dia, e ocorriam no prédio do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, situado na rua de Itabaianinha, número 586 (SANTOS, 1998).

A formação oferecida pela FCFS combinava conteúdos específicos e disciplinas pedagógicas, proporcionando uma habilitação dupla: Bacharelado em História e Geografia, ou Licenciatura, caso o aluno cursasse o quarto ano com foco em didática e formação docente. Essa estrutura curricular inicial pode ser visualizada no quadro 2 no qual está disposta as disciplinas disponíveis em 1953.

QUADRO DE DISCIPLINAS: BACHARELADO E LICENCIATURA

Ano	Matéria
1 ^a	Antropologia, Geografia Física, História da Civilização, Geografia Humana e Teologia
2 ^a	Geografia Física, Etnologia, Geografia Humana, História da Civilização, História de Brasil e Teologia
3 ^a	Etnografia do Brasil, História da América, História da Civilização e Geografia do Brasil.
4 ^a	Didática Geral, Fundamentos Biológicos da Educação, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Fundamentos Sociológicos da Educação e Didática Especial de História da Civilização e de Geografia.

Fonte: Adaptado de SANTOS (1999)

Esse modelo de formação, ao mesmo tempo em que oferecia flexibilidade aos estudantes, expunha a fragilidade de um corpo docente pouco especializado em História e Geografia. Essa característica inicial refletia tanto a precariedade das condições de ensino superior no estado, quanto a própria concepção de ensino superior da época, ainda fortemente influenciada por uma visão humanista e generalista, típica das faculdades de filosofia ligadas à Igreja Católica.

Com o passar dos anos, a FCFS passou por alterações internas importantes. Em 1963, um novo Regimento Interno assegurou maior autonomia para os cursos de Geografia e História, consolidando-os como áreas específicas dentro da Seção de Ciências da Faculdade, o que fortaleceu a identidade acadêmica desses cursos.

Esse mesmo regimento assegurou, a partir de 1964, a possibilidade de obtenção de Bacharelado ou Licenciatura em Geografia e História, reforçando o vínculo entre os cursos e a formação docente, ao mesmo tempo em que ampliava as oportunidades de atuação profissional e acadêmica, promovendo uma maior integração entre os saberes e incentivando a construção de um perfil docente mais qualificado e alinhado às demandas educacionais da época (SANTOS, 1998).

Antes da integração da FCFS à UFS, já haviam sido formados 52 professores em História e Geografia, sendo a primeira turma licenciada em 1954, composta exclusivamente por mulheres. A incorporação da FCFS à recém-criada Universidade Federal de Sergipe ocorreu em 1968, quando foi criado o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

O IFCH foi responsável por abrigar os Departamentos de Filosofia, Geografia e História. A partir de 1970, o IFCH foi ampliado para incluir os departamentos de Ciências Psicológicas, Sociais e Antropológicas, e Ciências Jurídicas e Econômicas, consolidando-se como um centro de excelência acadêmica e intelectual, com uma estrutura interdisciplinar que visava integrar diversos campos do conhecimento.

Esse processo de federalização, embora garantisse maior estabilidade institucional e infraestrutura ao curso, representou também uma transição cultural e pedagógica significativa. A FCFS carregava uma cultura escolar fortemente marcada pela influência da Igreja Católica, que moldava conteúdos, métodos e valores acadêmicos.

Essa cultura escolar inicial, conforme conceitua Julia (2001), consiste no conjunto de práticas, normas e representações compartilhadas dentro da instituição escolar, e no caso da

FCFS, essa cultura refletia o caráter confessional e a missão educativa inspirada nos valores católicos.

Com a criação da UFS e a federalização do curso, essa cultura escolar sofreu um processo de ressignificação. A transição para uma universidade pública, laica e em expansão, em meio a um contexto político de crescente autoritarismo, exigiu adaptações. Contudo, elementos centrais da memória institucional da FCFS, como a valorização da história local e da pesquisa em fontes primárias, foram preservados e atualizados no novo contexto da UFS.

Professores como José Silvério Leite Fontes desempenharam papel central nesse processo, fortalecendo a importância da pesquisa histórica regional e da preservação documental como parte essencial da formação dos futuros historiadores e professores, acreditando que esse enfoque potencializaria não apenas o conhecimento acadêmico, mas também a capacidade de reflexão crítica sobre o contexto local e nacional.

Essa memória institucional, conceito trabalhado por Le Goff (1996) e Halbwachs (2006), foi sendo atualizada conforme as demandas de cada época, servindo tanto para justificar a continuidade de certas práticas, quanto, para orientar reformas curriculares. Assim, a passagem da FCFS para a UFS não foi uma simples troca administrativa, ela foi uma transição permeada por disputas simbólicas e pedagógicas sobre o que significava formar professores e historiadores em Sergipe.

Portanto, compreender os anos iniciais do Curso de História da UFS exige olhar para sua origem na FCFS e para as tensões que marcaram essa transição institucional. Essa memória, constantemente atualizada, ajuda a entender as resistências e as disputas que moldariam a história do curso nas décadas seguintes.

2 – O CURSO DE HISTÓRIA DA UFS E OS DESAFIOS DO PERÍODO AUTORITÁRIO (1968-1980)

A década de 1970 representou um período de profundas transformações para o Curso de História da UFS, marcado pela federalização da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), em 1968, e pela criação da própria Universidade Federal de Sergipe (UFS). Essa transição institucional, ocorrida sob o contexto do regime militar, inseriu o curso em uma nova realidade: agora parte de uma universidade pública e laica, mas submetido às reformas educacionais impostas pela ditadura.

Com a Lei 5.692/71, que reorganizou os níveis de ensino e os currículos escolares, surgiu a Licenciatura Curta em Estudos Sociais, um modelo tecnicista de formação docente, voltado para atender à demanda emergencial de professores para o ensino básico. Esse modelo diluía os conhecimentos específicos de História e Geografia em uma formação generalista e acelerada, comprometendo a formação crítica e aprofundada do professor de História (BARRETO, 1998).

Essa reforma foi determinada à UFS em 1975, e os cursos de Geografia e História foram subsumidos pela Licenciatura Curta, uma mudança fortemente criticada pelos docentes do departamento de História. A crítica se ancorava na ruptura com a tradição formativa herdada da FCFS.

Marcada pela ênfase na pesquisa histórica local, no contato direto com fontes primárias e na valorização da história regional como eixo pedagógico. Essa contradição entre a memória institucional do curso e a lógica tecnicista da Licenciatura Curta gerou tensões internas que atravessaram toda a década de 1970.

Mesmo diante dessas questões externas, o corpo docente do Departamento de História preservou, sempre que possível, práticas pedagógicas e acadêmicas vinculadas à memória institucional da FCFS. O quadro de professores da década de 1970 revela essa continuidade e transformação.

No quadro 3, é possível visualizar que, além dos pioneiros que fundaram a FCFS, novos docentes foram incorporados ao corpo docente, trazendo consigo novas perspectivas e conhecimentos. Além disso, muitos ex-alunos, formados pela própria faculdade, retornaram como professores, contribuindo com sua experiência acadêmica e prática profissional.

Quadro dos professores da década de 1970

Período	Professores
Fundação da FCFS	Maria Thétis Nunes
Fundação da FCFS	José Silvério Leite Fontes

Incorporado na FCFS	Luiz Rabelo Leite
Incorporado na FCFS	Juan José Rivas Páscua
Formado na FCFS	Maria de Lourdes Amaral Maciel
Formado na FCFS	Maria de Andrade Gonçalves
Formado na FCFS	Maria da Glória Santana de Almeida

Elaboração: autor, 2025; **Fonte:** SANTOS, 1999.

Esse processo não só enriqueceu o ensino, mas também reforçou a identidade institucional do curso, criando uma continuidade entre a formação dos alunos e a atuação dos docentes, consolidando a tradição acadêmica da instituição ao longo dos anos. Entre os nomes de maior destaque nesse período, José Silvério Leite Fontes e Maria Thétis Nunes se consolidaram como referências centrais para a preservação da pesquisa histórica local, a valorização da história regional e a resistência acadêmica frente às reformas.

Ambos, com trajetórias iniciadas ainda na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), contribuíram diretamente para a construção de uma identidade acadêmica própria, marcada pelo incentivo à pesquisa em fontes primárias e pelo compromisso com a formação crítica de professores de História.

Silvério, em particular, liderou iniciativas como o Projeto de Levantamento de Fontes Primárias para a História de Sergipe, em 1972. Esse projeto, conforme destaca Santos (1998), buscava mapear, catalogar e preservar documentos históricos de Sergipe, inserindo os estudantes diretamente no contato com as fontes, reforçando a ideia de que pesquisa e ensino devem caminhar juntos.

A relevância e as contribuições específicas de José Silvério Leite Fontes, bem como, a presença e a importância de Maria Thétis Nunes seguem sendo um eixo transversal ao longo de toda a trajetória do curso, dada sua atuação contínua em favor da pesquisa histórica e da valorização da formação docente no Departamento de História.

Como destaca Santos (1999), Thétis foi a primeira professora de Geografia e História da FCFS, e sua permanência como docente ao longo das décadas seguintes permitiu que sua atuação atravessasse tanto o período da faculdade quanto a federalização e a consolidação do

curso dentro da UFS. Sua defesa da pesquisa local e sua preocupação com a preservação documental se somam à sua atuação na formação de professores, consolidando seu papel como referência fundadora da identidade acadêmica do curso, sendo reconhecida como uma das responsáveis por conectar o ensino de História em Sergipe às demandas da pesquisa histórica regional e à formação docente crítica.

A cultura escolar do curso descrita por Julia (2001), como o conjunto de práticas, valores e representações partilhadas entre professores e estudantes, foi diretamente impactada por esse contexto de autoritarismo e resistência. Se na FCFS a cultura escolar era marcada por valores católicos e humanistas, na UFS essa cultura passou a incorporar a valorização da pesquisa local como um elemento de resistência à lógica tecnicista e generalista da Licenciatura Curta.

Mesmo com a federalização e o afastamento formal da influência religiosa, a memória institucional da pesquisa em História local e da valorização da história regional como instrumento de formação crítica permaneceu como uma herança importante da FCFS. Essa memória foi atualizada e ressignificada pelo Departamento de História da UFS, especialmente nos projetos de pesquisa desenvolvidos na década de 1970 e no enfrentamento direto à Licenciatura Curta.

As mudanças impostas pela reforma de 1971 e a introdução da Licenciatura Curta alteraram significativamente o currículo do curso de História, descaracterizando parte de sua proposta formativa original. O novo currículo (quadro 4), estabelecido pela Resolução nº 12/72/CEP, estruturou o curso em ciclos e créditos, ampliando o número de disciplinas obrigatórias e diversificando os conteúdos, mas sem uma clara articulação entre pesquisa, ensino e formação crítica.

NOVO CURRÍCULO DO CURSO DE HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Ciclos	Períodos	Disciplinas
1º ciclo	1º	Metodologia da Ciência, Sociologia I, Introdução à Filosofia, Introdução à Economia, Estudos de Problemas Brasileiros I

	2º	Estatística Geral, Antropologia Cultural, Fundamentos da História, Geo-História I, Optativa
2º ciclo	3º	Geo-História II, História Antiga, História Econômica Geral, Antropologia Brasileira, Optativa
	4º	Geo-História III, História Medieval, História da Arte, História do Pensamento Filosófico I, História Econômica do Brasil, Estudos de Problemas Brasileiros II, Prática de Pesquisa Histórica I
	5º	História Moderna I, História da América I, História do Brasil I, História do Pensamento Filosófico II, Fundamentos Psicológicos da Educação I, Prática de Pesquisa Histórica II
	6º	Fundamentos Psicológicos da Educação II, História do Brasil II, História da América II, Didática I, Prática de Pesquisa Histórica III, História Moderna II
	7º	História Contemporânea I, História do Brasil III, História de Sergipe, Estudos Filosóficos do Ensino de 2º Grau, Didática II, Prática de Pesquisa Histórica IV
	8º	História Contemporânea II, Teoria da História, Fundamentos Sociológicos da Educação, Estudos de Problemas Brasileiros III, Prática de Ensino

Fonte: Adaptado de SANTOS (1999)

Como aponta Santos (1998), essa crise foi amplamente denunciada por professores do Departamento, e resultou na formação de uma frente de resistência acadêmica que buscava resgatar a tradição investigativa do curso. Essa fragmentação curricular, somada à Licenciatura Curta, gerou uma crise formativa, uma vez que os estudantes passaram a ter uma formação superficial e desconectada das práticas de pesquisa e da valorização da história local.

A crítica à Licenciatura Curta ganhou força a partir de 1976, com mobilizações de professores e estudantes em torno da defesa de uma formação específica e aprofundada em

História. Essa mobilização, que envolveu ativamente a ANPUH-SE, tornou-se parte de um movimento nacional mais amplo, coordenado pela ANPUH, contra a fragmentação e tecnicização da formação docente em História.

Conforme destaca Santos (1998), o engajamento dos professores de História da UFS nesse movimento foi decisivo para a suspensão da Licenciatura Curta em 1980 e para a abertura de um novo ciclo de debates sobre a reformulação curricular do curso, que ganharia corpo na década de 1980.

Essa luta, além de uma defesa pedagógica, foi também uma reafirmação da memória institucional do curso, que desde a criação da FCFS valorizava a pesquisa histórica e a formação crítica como eixos centrais da formação docente, buscando perpetuar uma tradição que alicerçava o compromisso com um ensino de qualidade, voltado para a reflexão profunda e a análise crítica da realidade histórica e social.

O período de 1964 a 1980, portanto, foi marcado por profundas tensões entre uma memória institucional construída desde a FCFS, que valorizava a pesquisa histórica local e a formação crítica, e as políticas educacionais autoritárias da ditadura, que impunham uma formação tecnicista e superficial por meio da Licenciatura Curta. Essa disputa foi central para a construção da identidade do Departamento de História da UFS, moldando suas práticas pedagógicas e suas estratégias de resistência ao longo da década de 1970.

Nesse contexto, José Silvério Leite Fontes emerge como uma figura-chave, não apenas por sua atuação como docente e pesquisador, mas como articulador de uma memória institucional crítica e de uma cultura acadêmica voltada à preservação da pesquisa histórica local e à formação de professores-pesquisadores.

Sua liderança no Projeto de Levantamento de Fontes Primárias para a História de Sergipe e sua militância acadêmica na ANPUH simbolizam o esforço coletivo de professores e estudantes para afirmar uma concepção de ensino de História que articula pesquisa, ensino e reflexão crítica, buscando integrar a produção de conhecimento com a prática pedagógica e a formação de uma consciência histórica crítica, capaz de promover uma compreensão mais profunda e contextualizada dos processos históricos regionais e nacionais.

A trajetória de Silvério, marcada por sua defesa intransigente da pesquisa histórica e da valorização da história local, se entrelaça diretamente com a resistência à Licenciatura Curta e com a construção da identidade acadêmica do Departamento de História da UFS. Sua atuação permeou não só o ambiente acadêmico imediato, mas também influenciou a maneira

como a história do curso e sua proposta pedagógica seriam lembradas e reforçadas ao longo do tempo

Mais do que um professor, ele se tornou um guardião da memória institucional do curso e uma referência central para compreender os caminhos e as escolhas formativas que se consolidariam nas décadas seguintes, sendo fundamental na construção de uma tradição acadêmica que uniu ensino, pesquisa e compromisso com a formação crítica dos alunos.

Por este motivo, para entender o processo de consolidação da identidade acadêmica e formativa do Curso de História da UFS, é necessário voltar o olhar para a trajetória de José Silvério Leite Fontes, tema central da próxima parte deste trabalho.

3 – JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES E A CONSOLIDAÇÃO DA PESQUISA, DA MEMÓRIA E DA IDENTIDADE CRÍTICA DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFS

Segundo Sá (2008), a importância de José Silvério Leite Fontes para a formação e consolidação do Departamento de História da UFS (DHI) não pode ser compreendida apenas a partir de sua atuação como professor ou pesquisador, mas sim como um agente fundamental da memória institucional e da identidade acadêmica do curso.

Sua trajetória tem início ainda na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), onde criou a disciplina Introdução aos Estudos Históricos. Segundo Sá (2008), essa cadeira foi crucial para reabrir o interesse pela pesquisa histórica e pela valorização da história local entre os estudantes, um eixo que acompanharia sua atuação nas décadas seguintes.

Com a federalização da UFS em 1968 e a organização do Departamento de História, Silvério passa a atuar de forma ainda mais decisiva. Foi sob sua liderança que o departamento estruturou o Projeto de Levantamento de Fontes Primárias para a História de Sergipe, em 1972 (SANTOS, 2021).

Um marco fundamental para a consolidação da pesquisa documental e para a preservação da memória histórica de Sergipe. Esse projeto, como ressalta Santos (2021), tornou-se um modelo metodológico e intelectual para a prática investigativa do departamento ao longo das décadas de 1970 e 1980, ajudando a consolidar a própria identidade do curso.

Entretanto, a atuação de Silvério não se restringiu aos limites institucionais da UFS. Ele foi um dos protagonistas das discussões promovidas pela ANPUH sobre a formação de professores de História, participando ativamente das críticas à Licenciatura Curta em Estudos

Sociais, imposta durante a ditadura militar como solução rápida para formar professores para o ensino básico.

Em sua participação nos encontros da ANPUH, Silvério enfatizava que a Licenciatura Curta fragmentava o saber histórico e retirava da formação docente a reflexão crítica e o domínio metodológico necessários à atuação de professores-pesquisadores, enfraquecendo, assim, a construção de um ensino de História comprometido com a análise aprofundada e contextualizada dos acontecimentos.

Essa militância acadêmica de Silvério junto à ANPUH-SE foi fundamental para articular a luta nacional contra as Licenciaturas Curtas, defendendo que a formação de professores de História deveria ser pautada por uma formação sólida e específica, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Conforme explica Bittencourt (2011), essa defesa da formação ampla e crítica dos professores de História foi uma das principais bandeiras da ANPUH nas décadas de 1970 e 1980, e Silvério foi uma das vozes mais ativas nesse debate em Sergipe. Contribuindo significativamente para a construção de uma proposta educacional que priorizasse uma formação sólida e reflexiva.

No artigo **Heurística e a História de Sergipe**, publicado em 1972, Silvério (1972) já alertava para o descaso institucional com a preservação documental e a consequente ausência de fontes primárias organizadas para pesquisa. Esse texto não só evidencia sua preocupação com a preservação da memória local, mas também antecipa sua crítica à Licenciatura Curta, ao defender que a formação do professor de História deveria estar diretamente vinculada à prática da pesquisa histórica crítica.

Para Silvério (1972), o ensino de História deveria romper com o modelo conteudista e celebratório, dando lugar a uma prática reflexiva baseada na análise crítica das fontes, priorizando a história dos homens comuns e dos movimentos coletivos, ao invés de uma narrativa centrada em heróis e grandes nomes.

Conforme destaca Sá (2008), a defesa de Silvério por uma formação crítica e reflexiva reverberou diretamente na cultura acadêmica do Departamento de História da UFS, consolidando uma tradição em que a formação docente é entendida como um processo indissociável da pesquisa e da produção do conhecimento histórico.

Essa concepção formativa atravessou décadas e influenciou diretamente a criação do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH) nos anos 1980 e, posteriormente, a

introdução da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no currículo de licenciatura em 1992.

A atuação de Silvério nas décadas de 1970 e 1980 se conecta diretamente com as tensões provocadas pela introdução da Licenciatura Curta em Estudos Sociais, criada em 1971 pelo governo federal como parte de um pacote de reformas educacionais tecnicistas. Essa modalidade encurtava a formação docente para apenas dois anos e agrupava conteúdos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia em uma única habilitação, diluindo o caráter específico de cada área.

Para Silvério e outros professores engajados na ANPUH, essa medida representava uma desqualificação da formação de professores de História e uma descaracterização da profissão de historiador, comprometendo a qualidade do ensino e a valorização do conhecimento histórico.

O combate à Licenciatura Curta, portanto, foi tanto uma luta pela preservação da memória institucional do próprio Departamento de História da UFS, quanto uma defesa da identidade da profissão docente, elementos que Silvério sempre compreendeu como partes indissociáveis do projeto formativo do curso.

Nesse sentido, a trajetória de Silvério sintetiza o entrelaçamento entre memória, pesquisa e formação crítica, valores que marcaram a atuação do Departamento de História da UFS mesmo após a sua morte, refletindo seu compromisso duradouro com a construção de um pensamento histórico engajado e transformador.

Ao final da década de 1980, com a redemocratização e as discussões sobre a reforma dos cursos de licenciatura, muitas das pautas defendidas por Silvério e pela ANPUH começaram a ser formalmente incorporadas nas políticas educacionais, incluindo o reconhecimento da pesquisa histórica como elemento essencial da formação docente e a revisão crítica das diretrizes curriculares.

É nesse contexto que o Curso de História da UFS inicia um novo ciclo de debates internos, culminando na reformulação curricular de 1992 e na criação da obrigatoriedade do TCC, tema que será explorado na próxima seção deste trabalho, evidenciando a busca contínua por aprimoramento e inovação acadêmica.

4 – O CURSO DE HISTÓRIA DA UFS EM TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1981-1992)

A década de 1980 foi um período de intensas transformações para o Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), diretamente relacionado ao processo de redemocratização do Brasil e às mudanças no campo educacional. Com o fim da ditadura militar, iniciou-se a reconstrução de um projeto educacional voltado à autonomia universitária, à valorização da pesquisa e ao fortalecimento das licenciaturas específicas, rompendo com o modelo fragmentado e tecnicista herdado do regime autoritário.

A redemocratização trouxe consigo um ambiente propício para que debates acadêmicos, enfraquecidos nos anos da ditadura, fossem retomados. No caso do Curso de História da UFS, essa discussão girava em torno da reformulação curricular e da superação da experiência traumática da Licenciatura Curta em Estudos Sociais, imposta durante a ditadura e abolida em 1980, após forte pressão de docentes e da ANPUH (BARRETO, 1998).

Esse modelo de Licenciatura Curta, como explica Barreto (1998), reduziu a formação docente a uma preparação rápida e superficial, que agrupava conteúdos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia em um único curso de dois anos. A especialização foi substituída por uma visão instrumental e generalista, com foco mais na prática burocrática da sala de aula do que na formação crítica e reflexiva do professor.

Com a retomada da autonomia universitária e o fortalecimento da ANPUH-SE nos anos 1980, professores do Departamento de História da UFS, muitos deles participantes ativos da luta contra a Licenciatura Curta na década anterior, articularam-se nacionalmente em defesa da construção de um novo modelo formativo. Esse modelo deveria ser pautado pela articulação entre ensino, pesquisa e reflexão crítica sobre a função social da História, retomando princípios que já vinham sendo defendidos por teóricos como Bittencourt (2011) e Fonseca (2003).

Nos encontros nacionais e regionais da ANPUH realizados ao longo da década, a crítica à Licenciatura Curta e a defesa da pesquisa histórica como elemento central da formação docente consolidaram-se como pautas prioritárias. Essa agenda foi particularmente relevante para a seção sergipana da ANPUH, onde a memória da resistência construída no Departamento de História da UFS alimentava o desejo de reconstruir um currículo específico e crítico para a licenciatura em História.

Esse contexto de luta e reconstrução levou o Departamento de História da UFS a iniciar, ainda nos anos 1980, um processo de reformulação curricular que culminaria na primeira metade da década de 1990. Essa reformulação foi diretamente influenciada pelas discussões emergentes no campo da Didática da História e do Ensino de História, que se consolidava no Brasil naquele período.

Autoras como Bittencourt (2011) e Fonseca (2003) enfatizavam que formar professores de História exige muito mais do que transmitir conteúdos prontos: é necessário formar sujeitos reflexivos, capazes de compreender os usos sociais da História, problematizar o conhecimento histórico e articular o ensino com a pesquisa histórica e as metodologias aplicadas à realidade escolar.

Esse novo olhar sobre a formação docente foi incorporado à matriz curricular da licenciatura em História da UFS, fortalecendo a ideia de que o professor de História é também pesquisador, produtor de conhecimento histórico e reflexivo sobre sua prática pedagógica.

A valorização da pesquisa histórica como eixo formativo não era uma novidade absoluta: ela resgatava a memória institucional da FCFS e do período inicial da UFS, reafirmando a pesquisa histórica local como um compromisso ético e acadêmico do Departamento de História.

Um dos marcos concretos desse novo momento foi a criação, nos anos 1980, do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH). Mais do que um projeto de extensão, o PDPH se tornou um espaço estratégico de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, operando como um laboratório prático para os estudantes, que desde os primeiros períodos eram incentivados a pesquisar fontes primárias relacionadas à história de Sergipe.

Conforme destaca Santos (2021), o PDPH não apenas preservava fontes documentais e incentivava a pesquisa, mas também simbolizava a atualização da memória institucional do curso, reafirmando a centralidade da pesquisa local para a formação do historiador e do professor de História na UFS. Esse vínculo entre história local, pesquisa e formação docente consolidou-se como um traço distintivo da cultura acadêmica do Departamento.

A obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), instituída formalmente em 1992, foi o ponto culminante desse processo de reformulação curricular. Mais do que um requisito burocrático, o TCC foi concebido como a síntese da nova matriz formativa, exigindo que o futuro professor de História desenvolvesse uma pesquisa histórica completa, desde a formulação do problema e o levantamento de fontes até a análise crítica e a escrita acadêmica.

Conforme explica Fonseca (2003), essa vivência concreta da pesquisa é essencial para formar professores capazes de compreender a História como uma construção permanente e crítica, e não como um conjunto fixo de conteúdos a serem memorizados. O TCC, nesse contexto, representava a articulação prática entre ensino, pesquisa e reflexão crítica, transformando-se em uma marca da formação docente no Departamento de História da UFS.

Esse ciclo de reformas e lutas, que atravessou a redemocratização e culminou na reformulação curricular de 1992, não pode ser compreendido apenas como uma reorganização técnica do currículo. Trata-se, da construção de uma cultura escolar específica do Departamento de História da UFS — uma cultura constituída nas práticas pedagógicas cotidianas, nos valores acadêmicos partilhados e nas disputas em torno da memória e da identidade do curso (JULIA, 2001)

Essa cultura escolar crítica, ancorada na valorização da pesquisa histórica, na reflexão sobre o ensino e na preservação da memória institucional, tornou-se um elemento estruturante da própria história do curso de História da UFS. Ao mesmo tempo em que resgatava as tradições formativas herdadas da FCFS e da atuação de Thétis Nunes e José Silvério Leite Fontes, essa cultura foi atualizada diante dos novos desafios da formação de professores no Brasil pós-ditadura.

Dessa forma, entre 1981 e 1992, o Curso de História da UFS não apenas passou por uma reformulação curricular, ele vivenciou uma reconstrução de sua identidade formativa, articulando memória, resistência e inovação pedagógica. Essa trajetória evidencia que formar professores de História, nesse contexto, foi (e continua sendo) um processo histórico, permeado por disputas políticas, atualizações metodológicas e escolhas institucionais, nas quais ensino, pesquisa e extensão seguem indissociáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se reconstruir a trajetória histórica do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), desde sua criação em 1951, no contexto da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), até a consolidação de sua nova matriz curricular nos anos 1990.

Com a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), esse percurso revelou que a história do curso é marcada por disputas, resistências e atualizações constantes

da sua memória institucional e da sua cultura escolar, sempre em diálogo com os contextos político, social e educacional de cada época.

A priori, esse trabalho evidenciou o processo de criação do curso e sua inserção em uma cultura institucional fortemente influenciada pela presença da Igreja Católica e pelas concepções tradicionais de ensino superior vigentes na década de 1950, o que moldou suas primeiras diretrizes e definiu as bases de um modelo educacional alinhado aos preceitos conservadores da época.

Essa herança institucional teve um impacto significativo nas primeiras décadas de funcionamento do curso, refletindo uma visão pedagógica centrada na formação técnica e no controle da narrativa histórica conforme as diretrizes e valores dominantes.

Observou-se que, já nesse momento inicial, a valorização da história local e da pesquisa em fontes primárias se constituiu como uma marca importante da identidade do curso, configurando uma memória institucional que seria atualizada nos períodos seguintes.

Em seguida, a federalização e a criação da UFS, em 1968, colocaram o curso em um novo cenário institucional, ao mesmo tempo em que a ditadura militar impôs reformas educacionais tecnicistas, como a Licenciatura Curta em Estudos Sociais.

Essa medida, como demonstrado, descaracterizou a formação específica de professores de História e gerou fortes reações dentro do Departamento de História, evidenciando o choque entre uma memória institucional que valorizava a pesquisa histórica e a cultura acadêmica imposta pela política educacional autoritária.

Bem como, com esse trabalho, foi possível aprofundar a análise da memória institucional de resistência construída no Departamento, com destaque para o papel de professores como José Silvério Leite Fontes e para a atuação da ANPUH-SE, que articulou a luta contra a Licenciatura Curta e a defesa da pesquisa histórica local como elemento central da formação docente.

Essa mobilização mostrou como a preservação da memória institucional não é um processo passivo, mas sim uma prática ativa e política, na qual diferentes agentes disputam o significado da formação de professores e da função social do ensino de História.

Não obstante, o presente artigo descortinou o período de redemocratização e a reformulação curricular da licenciatura em História da UFS, marcada pela retomada da autonomia universitária e pela valorização da pesquisa e da reflexão crítica sobre o ensino de

História. Nesse contexto, a obrigatoriedade do TCC, implantada em 1992, simbolizou a consolidação de uma nova cultura escolar.

Esta transição da cultura escolar, que articulou ensino, pesquisa e extensão como eixos estruturantes da formação docente, revelou que a memória institucional e a cultura escolar do curso são construções históricas e dinâmicas, que refletem as tensões entre tradição e inovação, entre políticas institucionais e práticas acadêmicas locais, entre memória e projeto.

A trajetória reconstruída neste trabalho evidencia que a formação de professores de História na UFS não pode ser compreendida apenas a partir de diretrizes curriculares ou normas administrativas. Ela é resultado de uma história feita por sujeitos, marcada por conflitos, disputas e negociações.

Em que a defesa da pesquisa histórica local e da formação crítica de professores se tornou uma espécie de fio condutor da identidade do curso. Essa identidade, longe de ser fixa, continua a ser atualizada e ressignificada pelas novas gerações de professores e estudantes, que reinterpretem a memória institucional à luz dos desafios do presente.

Como perspectiva futura, a pesquisa abre caminho para investigações complementares. Uma possibilidade é aprofundar a análise sobre como essa memória institucional e essa cultura escolar críticas se expressam nos currículos e nas práticas pedagógicas atuais do curso.

Outra vertente relevante seria investigar como os próprios estudantes e professores recém-chegados percebem essa memória e essa cultura, e de que forma elas impactam suas expectativas e suas práticas formativas.

Dessa forma, a pesquisa realizada não encerra o tema, mas convida a novas reflexões sobre o papel da memória institucional na construção das identidades acadêmicas e pedagógicas dos cursos de História, uma discussão que ultrapassa a realidade da UFS e contribui para o campo mais amplo da História da Educação e da formação de professores no Brasil.

REFERÊNCIAS:

BARRETO, Vera Maria Vidal Peroni. A Licenciatura Curta e a Crise da Educação Brasileira (1969-1978). *Educação e Sociedade*, v. 19, n. 65, p. 15-36, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e saber escolar. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 2. ed. Campinas: Papirus, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História e consciência histórica: reflexões sobre o tempo e o ensinar-aprender história. *História & Ensino*, v. 8, 2002.

FONTES, José Silvério Leite. Heurística e a História de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 29, 1972.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, 2001.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Luís Eduardo Pina. Ideologias e utopias na história da educação: o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950-1951. Aracaju: NPPCS/UFS, 1993. (Monografia de especialização)

MATOS, Débora Barbosa Vasconcelos. O Curso de História e Geografia da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: da criação à federalização (1951-1968). Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

NUNES, Maria Thétis. História da educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de educação e cultura do estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. O Curso de História e Geografia da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: reflexões sobre seu currículo. *Revista HISTEDBR On-line*.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro. 70 anos do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: https://api.ajn1.com.br/type_blogs/70-anos-do-departamento-de-historia-da-universidade-federal-de-sergipe-1951-2021/. Acesso em: 02 mar. 2025.

SANTOS, Lenalda Andrade. Curso de História: Resgate da Memória Histórica. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade. UFS: História dos Cursos de Graduação. São Cristóvão/SE, 1999.

SANTOS, Lenalda Andrade. Da Dispersão à Unidade: O trajeto da UFS. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares & SANTOS, Lenalda Andrade. UFS: História dos Cursos de Graduação. São Cristóvão/SE, 1999.

SÁ, A. F. A. História da historiografia de/em Sergipe (1972-2007). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 37, p. 15-26, 2008.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Eliana. História e Memória Universidade Federal de Sergipe: 1968–2012. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.